



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 11080.900076/2009-57
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 1803-002.255 – 3ª Turma Especial
Sessão de 30 de julho de 2014
Matéria CSLL - COMPENSAÇÃO
Recorrente JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Exercício: 2004

DESISTÊNCIA. RENÚNCIA AO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA O RECURSO.

No caso de desistência, manifestada em petição nos autos do processo, estará configurada renúncia ao direito sobre o qual se funda o recurso interposto pelo sujeito passivo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por força da desistência manifestada de fls. 407, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

(assinado digitalmente)

Cármén Ferreira Saraiva – Presidente

(assinado digitalmente)

Sérgio Rodrigues Mendes - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Cármén Ferreira Saraiva, Victor Humberto da Silva Maizman, Sérgio Rodrigues Mendes, Arthur José André Neto, Roberto Armond Ferreira da Silva e Ricardo Diefenthaler.

Relatório

Por bem retratar os acontecimentos do presente processo, adoto o Relatório do acórdão recorrido (fls. 91-verso):

Trata-se de PER/Dcomp que tem como objeto a restituição, mediante compensação, do saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2003. O pedido foi indeferido porque, segundo o despacho decisório, na DIPJ do período de apuração em questão não consta a existência de saldo negativo.

A interessada encaminha recurso a esta DRJ, esclarecendo que o saldo negativo de que pretende restituição não é o indicado no PER/Dcomp, mas sim o de 2002.

2. A decisão da instância *a quo* foi assim ementada (fls. 91):

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2003

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. ALEGAÇÃO DE ERRO NO PREENCHIMENTO. AUSÊNCIA DE LITÍGIO. RETIFICAÇÃO DE PER/DCOMP MEDIANTE MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE. IMPOSSIBILIDADE

A alegação de erro no preenchimento e o requerimento de retificação de PER/Dcomp não configuram manifestação de inconformidade contra o despacho decisório que indeferiu a restituição e não instauraram litígio a ser julgado pela DRJ; a manifestação de inconformidade não é a via processual adequada ao encaminhamento de pedido de retificação de PER/Dcomp.

Manifestação de Inconformidade Não Conhecida

Sem Crédito em Litígio

3. Cientificada da referida decisão em 09/06/2010 (fls. 95), a tempo, em 08/07/2010, apresenta a interessada Recurso de fls. 105 a 137, instruído com os documentos de fls. 138 a 179, nele reiterando os argumentos anteriormente expedidos.

Em mesa para julgamento.

Voto

Conselheiro Sérgio Rodrigues Mendes, Relator

Desistência do Recurso Voluntário

4. Conforme se verifica de fls. 407, apresentou a ora Recorrente, por meio de representantes devidamente habilitados, dirigido a este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em data de 11/07/2011, “Requerimento de Desistência de Recurso Administrativo”, renunciando a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamentam o referido recurso.

5. Dispõe o art. 78 do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (RI/CARF), aprovado pela Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009:

Art. 78. Em qualquer fase processual o recorrente poderá desistir do recurso em tramitação.

§ 1º A desistência será manifestada em petição ou a termo nos autos do processo.

§ 2º O pedido de parcelamento, a confissão irretratável de dívida, a extinção sem ressalva do débito, por qualquer de suas modalidades, ou a propositura pelo contribuinte, contra a Fazenda Nacional, de ação judicial com o mesmo objeto, importa a desistência do recurso.

§ 3º No caso de desistência, pedido de parcelamento, confissão irretratável de dívida e de extinção sem ressalva de débito, estará configurada renúncia ao direito sobre o qual se funda o recurso interposto pelo sujeito passivo, inclusive na hipótese de já ter ocorrido decisão favorável ao recorrente, descabendo recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional por falta de interesse.

Conclusão

Em face do exposto, e considerando tudo o mais que dos autos consta, voto no sentido de NÃO CONHECER DO RECURSO, por força da desistência manifestada de fls. 407.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Sérgio Rodrigues Mendes

CÓPIA